

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FÁBIO JUNIO MOTA ALMEIDA

USO DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM UMA EMRESA DO SETOR
DE TRANSPORTES

UBERLÂNDIA
DEZEMBRO DE 2018

FÁBIO JUNIO MOTA ALMEIDA

**USO DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM UMA EMRESA DO SETOR
DE TRANSPORTES**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

**UBERLÂNDIA
DEZEMBRO DE 2018**

FÁBIO JUNIO MOTA ALMEIDA

**USO DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM UMA EMRESA DO SETOR
DE TRANSPORTES**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Orientador.

Membro.

Membro.

Uberlândia (MG), Dezembro de 2018

RESUMO

O presente estudo objetivou evidenciar o uso da informação contábil, por meio da análise de indicadores econômico-financeiros em uma empresa de pequeno porte. Conforme apontado na literatura, micro e pequenas empresas são relevantes para a economia brasileira, porém os gestores dessas empresas enfrentam dificuldades de gestão que em muitos casos ocasionam no fechamento do negócio. Assim, o presente estudo investigou uma empresa de transporte, de pequeno porte, para tanto foram obtidas informações com o proprietário e também informações do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2015, 2016 e 2017. Após a coleta dos dados realizou-se a análise dos indicadores de liquidez, estrutura patrimonial, gestão do capital de giro e rentabilidade. Os resultados obtidos no estudo demonstram que a empresa não utiliza informação contábil para tomada de decisão e ressalta a importância do uso de indicadores econômico-financeiros para melhorias no processo de gestão da empresa. Sugere-se para estudos futuros a abrangência de outras empresas e o uso de outras análises que possibilitem comparações entre os resultados.

Palavras-chave: gestão financeira, indicadores, pequenas empresas

ABSTRACT

The present study aimed to highlight the use of accounting information, through the analysis of economic-financial indicators in a small company. As pointed out in the literature, micro and small companies are relevant to the Brazilian economy, but the managers of these companies face management difficulties that in many cases lead to the closing of the business. Thus, the present study investigated a small transportation company for which information was obtained with the owner and also information from the Balance Sheet and Income Statement for the years 2015, 2016 and 2017. After the data collection, analysis of the indicators of liquidity, asset structure, working capital management and profitability. The results obtained in the study demonstrate that the company does not use accounting information for decision making and emphasizes the importance of the use of economic and financial indicators for improvements in the management process of the company. It is suggested for future studies the scope of other companies and the use of other analyzes that allow comparisons between results

Key words: *financial management, indicators, small businesses*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a maioria dos negócios em funcionamento são micro e pequenas empresas (MPE). Dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) apontam que o faturamento das MPEs representam 27% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Em relação ao mercado de trabalho elas empregam 52% da mão de obra formal do Brasil e os salários pagos por elas correspondem a 40% da massa salarial brasileira (SEBRAE, 2014).

A Lei Complementar nº 123 do ano de 2006, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, indica que com base na receita bruta anual, a microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Sendo que se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte.

Faria, Azevedo e Oliveira (2012) apontam que as micro e pequenas empresas geralmente enfrentam dificuldades de gestão pois, em muitas situações são gerenciadas por profissionais sem formação específica na área contábil ou de gestão, o que acarreta em ineficácia no processo de gestão e consequentemente contribui para o encerramento dos negócios. Kos et al. (2014) apontam ainda que a informação contábil ocupa lugar de destaque em qualquer segmento, porte empresarial, bem como qualquer função gerencial ou operacional.

Observa-se, que as informações geradas pela contabilidade nem sempre são utilizadas pelas MPEs, podendo gerar incapacidade no processo de gestão, pois, segundo Santos, Silva e Neves (2011, p. 108) essas empresas encaram problemas pontuais de forma e proporção diferentes aos encarados pelas grandes empresas. Em alguns casos, as MPEs são atrativas do ponto de vista rentável, mas devido às deficiências na gestão financeira e operacional, predomina a ineficiência no modo de operacionalização do empreendimento, deixando as mesmas suscetíveis a imprevistos comuns à natureza dos negócios (SANTOS; SILVA; NEVES, 2011).

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo evidenciar como uso dos indicadores econômicos financeiros pode contribuir na tomada de decisão em uma pequena empresa de transportes. Como justificativa ressalta-se que as MPEs mostram-se relevantes

para o PIB brasileiro (SEBRAE, 2014) e que o uso da informação contábil é relevante para a melhoria da gestão dessas empresas (KOS et al., 2014).

Entende-se que o presente estudo pode trazer contribuições ao evidenciar a importância do uso da informação contábil para os gestores ou proprietários de micro e pequenas empresas, bem como a necessidade de que esses se qualifiquem para gerenciar seus negócios. Além do mais, o estudo visa corroborar com estudos anteriores que apontam a necessidade de mais estudos sobre as MPes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GESTÃO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Segundo dados do Sebrae (2007), as maiores causas pela mortalidade das micros e pequenas empresas no Brasil estão associadas à gestão financeira. O que pode ser notado pela falta de capital de giro, falta de cliente e problemas financeiros, esses fatores são os mais frequentes no que se refere a falência dessas empresas.

Em pesquisa realizada com micro e pequenas empresas brasileiras na região do Rio Grande do Sul, Santini et al. (2015) encontraram fatores que contribuem para o encerramento dessas empresas. Esses autores destacaram que os principais são falta de clientes, falta de capital de giro, carga tributária elevada e localização inadequada.

Azevedo e Leone (2014) afirmam que para uma empresa ter sucesso e evitar problemas relacionados à gestão financeira, o gestor precisa ser qualificado e a gestão deve ser realizada a partir de critérios profissionais. Para Hoji (2003) as decisões de investimento e financiamento, análise, planejamento e controle financeiro estão associadas diretamente às funções básicas da gestão financeira.

No mesmo sentido, Faria, Azevedo e Oliveira (2012) destacam que as informações geradas pela contabilidade auxiliam o processo decisório, independente do porte da empresa. Dessa forma, os autores apontam existência de controles contábeis mais simples que podem ser utilizados nas micro e pequenas empresas.

Segundo Rodrigues, Melo e Leone (2016) uso de técnicas de gestão financeira, possibilita uma melhor tomada de decisão, pois mediante o uso de ferramentas financeiras a

empresa consegue avaliar o patrimônio, emitir relatórios gerenciais, conhecer o poder de pagamento, identificar gargalos financeiros e organizar com mais efetividade suas finanças.

Diante dos estudos citados, nota-se a relevância da informação contábil para as micro e pequenas empresas. Assim, apresenta-se no próximo tópico o uso de indicadores para análise das informações econômico-financeiras geradas pela contabilidade.

2.2. ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA

Em um cenário financeiro os analistas têm o papel de analisar as demonstrações contábeis e identificar a situação da empresa (MATARAZZO, 2003). Assim, podem verificar se a empresa está sendo bem administrada, se tem capacidade de pagar as dívidas, se está sendo lucrativa, e se apresenta potencial para continuar praticando as atividades durante um cenário de instabilidade (MATARAZZO, 2003).

A análise financeira da empresa constitui-se em avaliar os demonstrativos contábeis nos aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros (PADOVEZE, 2004). Da mesma maneira que o médico necessita de indicadores para diagnosticar seu paciente, os analistas utilizam os indicadores financeiros para elaborar um quadro avaliativo a respeito da organização (MATARAZZO, 2010).

Sendo assim, entende-se que a análise das demonstrações contábeis por meio de índices consiste no estabelecimento de uma relação lógica entre os diversos grupos patrimoniais, permitindo a mensuração da posição econômica e financeira da empresa (OLIVEIRA et al., 2010). Sobre esse aspecto, visa colher informações contábeis de uma empresa, desenvolver um panorama da situação econômico-financeira e evidenciar os motivos da posição atual, bem como a projeção de tendências futuras (ASSAF NETO, 2010).

No processo de realização da análise das demonstrações contábeis destaca-se o uso de indicadores, os quais evidenciam em números as relações entre as contas que compõem essas demonstrações e assim auxiliam no entendimento de situação da empresa (MARTINS, DINIZ, MIRANDA, 2012). Nesse sentido, há uma série de indicadores com focos diferentes, os quais são discutidos a seguir.

2.2.2 Indicadores para Análise das Demonstrações Contábeis

Nesse referencial são apresentados os principais indicadores de análise dos demonstrativos financeiros. O primeiro grupo é dos indicadores de liquidez, para Martins, Miranda e Diniz (2014), esses evidenciam a situação financeira da organização diante dos compromissos que a mesma possui. Segundo os autores, esse grupo é formado pelos índices de liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral.

O índice de liquidez corrente mostra o quanto uma empresa tem de ativo circulante para cada real de dívidas do passivo circulante, sendo assim, se este índice for maior que um, significa que o capital circulante líquido será positivo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Em outras palavras, se positivo, a empresa terá compatibilidade de pagar as dívidas de curto prazo com o que receberá no curto prazo.

Em seguida apresenta-se o índice de liquidez seca, esse se diferencia da liquidez corrente, pois permite identificar a parte do passivo circulante que poderia ser paga, considerando apenas os elementos de maior liquidez do ativo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Ou seja, evidencia o quanto a empresa tem de ativo líquido para cada real da dívida de curto prazo.

De forma similar, tem-se o índice de liquidez imediata, o qual evidencia o valor das disponibilidades que a empresa pode usar para quitar as obrigações do passivo circulante (IUDICIBUS, 2013). Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) dentro do escopo da análise de liquidez esse índice é menos utilizado por apresentar menos informação.

Ainda no que tange a liquidez, há o índice de liquidez geral, o qual demonstra a saúde financeira da empresa considerando o longo prazo (IUDICIBUS, 2013). Conforme apontam Martins, Miranda e Diniz (2014) esse índice permite verificar o quanto a empresa tem de recursos de longo e curto prazo para arcar com suas dívidas também de longo e curto prazo. Contudo, os autores destacam que tal índice é mais afetado pela variação de tempo, por conter em sua composição elementos de prazos diferentes.

O segundo grupo de indicadores tem como foco a análise das relações das fontes de financiamento próprios e terceiros, são os índices de estrutura patrimonial. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) esse grupo é formado pelos indicadores de endividamento, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização de recursos não correntes.

Na perspectiva de entender o endividamento da empresa tem-se o índice de endividamento que mostra quanto a empresa tem de dívidas com terceiros para cada real de recursos próprios, demonstrando, o quão dependente é em relação a terceiros (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Esse índice deve ser avaliado não pelo número encontrado, mas do ponto de vista da qualidade da dívida, considerando por exemplo seu prazo e taxa. Assim sendo, a comparação com o setor também é útil para análise desse índice (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

O índice de composição de endividamento mostra os prazos das dívidas. Por meio de seu cálculo é possível averiguar a parcela dos exigíveis totais que tem vencimento em curto prazo (IUDICIBUS, 2013). Nesse sentido entende-se que quanto menor o endividamento de curto prazo menor serão os riscos da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Já o índice de imobilização do patrimônio líquido demonstra a parte do capital próprio que está investido em ativo de baixa liquidez, sendo que, quanto maior o investimento nestes ativos menor será a capacidade de investir em ativo circulante e assim terá que buscar recursos com terceiros para financiar as aplicações de curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). E o índice de imobilização de recursos não correntes é a representatividade de recursos de longo prazo aplicado nos ativos de menor liquidez (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

O terceiro grupo de indicadores, utilizado nesse trabalho, refere-se à administração do capital de giro que está relacionado ao equilíbrio da situação financeira e pode ser estudado pelos indicadores de capital circulante líquido (CCL), necessidade de capital de giro (NCG) e saldo em tesouraria (ST) (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Assaf Neto (2010) afirma que os recursos aplicados na empresa tem origem de duas formas, por meio de recurso próprio e não próprio que integra parte do passivo exigível. O autor destaca ainda que para manter o equilíbrio financeiro, os recursos de terceiros, de curto prazo, devem ser destinados somente para aplicações de curto prazo, contudo, como a entrada e saída de recurso não ocorre simultaneamente, tem-se a necessidade de conseguir fontes de longo prazo para ser possível financiar ativos de curto prazo com a tentativa de sincronizar as movimentações de ativo e passivo circulante.

O capital circulante líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo circulante, ou, a diferença entre o passivo não circulante somado ao patrimônio líquido e o ativo não circulante. Se positivo indica que o ativo circulante é financiado pelo passivo circulante e o restante é financiado por passivo de longo prazo ou de patrimônio líquido (MARTINS;

MIRANDA; DINIZ, 2014). Ou seja, representa o volume de recursos de longo prazo que financiam o giro da empresa (ASSAF NETO, 2010).

Além do cálculo do CCL, Martins, Miranda e Diniz (2014) apontam que é preciso analisar os elementos de curto prazo considerando o ciclo operacional e financeiro, para tanto realizando a classificação do ativo e do passivo circulante em operacional (relacionado ao giro do negócio), e financeiro (relacionado a outros itens geralmente sazonais). Dessa forma, tem-se a necessidade de capital de giro que evidencia a parte do ativo operacional que não é financiada por passivos operacionais, e é obtida pela diferença entre esses dois elementos. Por outro lado, o saldo em tesouraria representa a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro evidenciando a política financeira da empresa (MARTINS; MIRANDA; MIRANDA, 2014).

Por fim, apresenta-se o grupo dos indicadores de rentabilidade que focam no aspecto econômico dos demonstrativos contábeis, dos quais destaca-se o retorno sobre investimento, giro do ativo, margem operacional, retorno sobre patrimônio líquido, grau de alavancagem financeira (MARTINS; MIRANDA; DINIZ 2014).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) o retorno sobre o investimento mostra o quanto a empresa obteve de resultados em comparação aos investimentos realizados. Para seu cálculo utiliza-se do lucro operacional, mensurado antes da dedução das despesas financeiras, devendo separar também a aplicação do imposto de renda dessas despesas. Já o retorno sobre o patrimônio líquido é o resultado obtido por meio dos acionistas considerando o capital próprio investido, ou seja, mostra o potencial da empresa em remunerar os sócios (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012).

Após entendimento do retorno do investimento é possível perceber que dentro de sua composição encontra-se o giro do ativo, o qual compara a receita líquida com o investimento, indicando quanto a empresa vendeu para cada real investido. E também a margem operacional, que indica o quanto de receita líquida foi convertida em lucro, que precisa ser analisada com cautela, visto que é afetada pelo giro dos produtos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Já o grau de alavancagem é para Assaf Neto (2010) o produto da existência de recursos de terceiros dentro da estrutura de capital da entidade. Martins, Miranda e Diniz (2014) afirmam que a alavancagem existe quando a empresa usa recursos de terceiros para fazer investimentos com taxas menores, do que se utilizasse os recursos aplicados dentro da entidade, o que pode promover a elevação dos resultados, ou resultado contrário, caso a taxa de captação dos recursos de terceiros for maior que a dos próprios recursos.

2.3. ESTUDOS ANTERIORES

A preocupação com as micro e pequenas empresas tem atraído atenção de pesquisadores da área de negócios. Nessa perspectiva, Santos, Ferreira e Faria (2009) pesquisaram micro e pequenas empresas objetivando identificar fatores limitantes da gestão de capital de giro. Os autores evidenciaram em seus resultados que as empresas utilizam autofinanciamento e a maior parte delas apresentam endividamento de curto prazo. Apontam ainda que na maioria dos casos, principalmente quando as empresas estão no início os proprietários investem seus recursos próprios nas empresas e por motivos de receio, falta de conhecimento financeiro ou falta de suporte de instituições financeiras os proprietários buscam mais financiamentos de curto prazo.

Com foco em investigar o uso de informações contábeis em micro e pequenas empresas Oleiro, Damede e Victor (2007) identificaram a frequência com que tais empresas utilizam as informações provenientes da contabilidade. Investigaram 197 empresas do Rio Grande do Sul e concluíram que a frequência do uso das informações é inferior a 50%. A maior parte das empresas não utiliza balancete, não conhecem a rentabilidade, liquidez, nem margem de lucro do negócio.

Já Kos et al (2014) investigaram a percepção de gestores de micro e pequenas empresas sobre o uso de informações contábeis na gestão. Analisaram 50 empresas do Paraná e perceberam que os gestores não tem total compreensão das informações o que pode afetar o processo decisório nas empresas. Os autores destacam ainda a necessidade de que os gestores de micro e pequenas empresas desenvolvam seu conhecimento para realizarem uma melhor gestão.

Nota-se que os estudos têm apontado algumas dificuldades no que tange ao processo de gestão de micro e pequenas empresas. Nesse aspecto Faria, Azevedo e Oliveira (2012) apontam que tais empresas tem utilizado a informação contábil apenas para cumprir exigências fiscais, logo não utilizam a contabilidade para seu processo decisório.

3. METODOLOGIA

Para atender o objetivo proposto, realizou-se a análise de relatórios contábeis da empresa analisada. Portanto, quanto aos procedimentos a pesquisa classifica-se como documental, visto que nessa tipologia de pesquisa, faz-se o uso de materiais documentados que poderão ser utilizados conforme a necessidade do pesquisador (GIL, 2006). E quanto ao objetivo descritiva, pois segundo aponta Triviños (1987), em estudos descritivos é necessário que se colete dados sobre o assunto abordado, para realizar comparações entre os fatores da pesquisa a ser estudada e objetiva descrever e analisar o objeto de estudo.

O estudo foi realizado em uma empresa real, localizada no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, a escolha por essa empresa foi intencional e se deu pela viabilidade da pesquisa. A empresa é uma sociedade empresária limitada, de pequeno porte que possui dois sócios, fundada no ano 2011 e atua no setor de transporte de carga de produtos perigosos.

Dessa forma, os dados coletados para a realização dessa pesquisa se baseiam nas demonstrações financeiras que foram disponibilizadas pelo contador responsável da empresa, mediante a autorização dos sócios. Utilizou-se, portanto, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício dos anos de 2015, 2016 e 2017. Algumas informações adicionais foram obtidas pelo proprietário da empresa.

O Quadro 1, a seguir, apresenta os indicadores que foram utilizados para realização da análise com suas respectivas fórmulas.

Quadro 1 – Indicadores utilizados para análise

Indicadores de Liquidez	
INDICADOR	FÓRMULA
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez Seca	(Ativo Circulante - Despesa Antecipada - Estoque) / Passivo Circulante
Liquidez Imediata	Disponível / Passivo Circulante
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável A Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
Indicadores de Estrutura Patrimonial	
Indicador	Fórmula
Endividamento	Capital De Terceiros / Patrimônio Líquido
Composição do Endividamento	Passivo Circulante / Capital De Terceiros
Imobilização do Patrimônio Líquido	(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável A Longo Prazo) / Patrimônio Líquido

Imobilização de Recursos Não Correntes	$(\text{Ativo Não Circulante} - \text{Ativo Realizável A Longo Prazo}) / (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Não Circulante})$
Administração de Capital de Giro	
Indicador	Fórmula
Capital Circulante Líquido	$\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$
Necessidade De Capital De Giro	$\text{Ativo Circulante Operacional} - \text{Passivo Circulante Operacional}$
Saldo em Tesouraria	$\text{Ativo Circulante Financeiro} - \text{Passivo Circulante Financeiro}$
Indicadores de Rentabilidade	
Indicador	Fórmula
Retorno Sobre o Investimento	$\text{Lucro Operacional Líquido (Ajustado)} / \text{Investimento}$
Giro Do Ativo	$\text{Receitas Líquidas} / \text{Investimento}$
Margem Operacional	$\text{Lucro Operacional Líquido (Ajustado)} / \text{Receitas Líquidas}$
Retorno Sobre O Patrimônio Líquido	$\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido (Inicial)}$
Alavancagem Financeira	$\text{Retorno Sobre Patrimônio Líquido} / \text{Retorno Sobre Investimento}$

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após coleta e realização dos cálculos dos indicadores, conforme descrito na metodologia desse estudo, apresenta-se nessa seção os resultados auferidos. Para melhor evidência a análise é apresentada de forma segregada para cada grupo de indicadores, os quais foram apresentados no referencial teórico.

4.1 Indicadores de Liquidez

A análise dos indicadores de liquidez foi realizada considerando os índices de liquidez corrente, seca, imediata e geral no período de 2015 a 2017, conforme Tabela 1.

Tabela 1- Indicadores de Liquidez.

	2015	2016	2017
Liquidez Corrente	0,98	0,69	1,13
Variação		-30%	64%
Liquidez Seca	0,98	0,69	1,13

Varição		-30%	64%
Liquidez Imediata	0,64	0,61	1,01
Varição		-5%	66%
Liquidez Geral	0,99	0,70	1,13
Varição		-29%	61%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com este quadro, nota-se que o índice de liquidez corrente apresentou uma queda de 30% de 2015 para 2016 seguido de um aumento (64%) no próximo ano, ou seja, atualmente a empresa consegue pagar as dívidas de curto prazo com os recursos que possui, enquanto que nos anos anteriores da análise, isso não era possível. O índice de liquidez seca se comportou do mesmo modo pois, a empresa analisada não apresentava em seu balanço estoque e nem despesas antecipadas.

Referente ao índice de liquidez imediata, a empresa possui alto valor no grupo disponível e consegue quitar as dívidas de curto prazo com caixa e equivalente de caixa apenas no ano de 2017. Vale ressaltar que, a importância de se manter poucos recursos alocados neste grupo para não sofrer com a inflação, sendo assim, é um ponto que a empresa poderia rever.

O índice de liquidez geral revela a vitalidade da empresa quanto às obrigações com terceiros, sendo que, se maior que 1, a empresa não está dependente de obter recursos de terceiros para pagar as dívidas. Assim, ao analisar a Tabela 1, no ano de 2016 a empresa apresentou maior valor de liquidez geral, indicando a não dependência de recursos de terceiros.

Pela análise conjunta dos quatro indicadores verifica-se proximidade dos valores, o que pode ser explicado pelo fato das empresas não apresentarem algumas contas em seu balanço. Destaca-se também que no ano de 2017 todos indicadores apresentaram maior valor, o que é associado a queda do passivo circulante da empresa.

Ao averiguar a liquidez da empresa percebe-se a concentração da dívida no curto prazo, tal aspecto também foi observado no estudo de Santos, Ferreira e Faria (2009). Tais autores entendem que as pequenas empresas tendem a ter mais dívida de curto prazo, pois em muitos casos por falta de conhecimento ou pela falta de uma estrutura financeira não buscam empréstimos ou financiamentos de longo prazo.

4.2 Indicadores de Estrutura Patrimonial

Os indicadores de estrutura patrimonial mostram a relação entre fonte de financiamento próprio e de terceiros, e para realizar esta análise utilizou-se os indicadores de endividamento, composição do endividamento, imobilização do PL e imobilização de recursos não correntes durante o período de 2015 a 2017 de acordo com a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2- Indicadores de Estrutura Patrimonial

	2015	2016	2017
Endividamento	0,52	0,65	0,27
Variação		25%	-58%
Composição do Endividamento	1,00	1,00	1,00
Variação		0%	0%
Imobilização do Patrimônio Líquido	1,01	1,20	0,96
Variação		19%	-20%
Imobilização de Recursos não Correntes	1,01	1,20	0,96
Variação		19%	20%

Fonte: Dados da pesquisa

O índice de endividamento expõe a dependência que a empresa tem com terceiros. Ao analisar o período estudado, o aumento de 25% de 2015 para 2016 ocorre principalmente pela variação positiva do passivo e do patrimônio líquido. Entretanto, em 2017 a situação se inverte, o patrimônio aumentou e o passivo diminuiu, dessa forma tem-se que apenas 27% do patrimônio líquido estaria comprometido com dívidas para terceiros.

Já o índice de composição do endividamento mostrou valor 1 constante durante os anos, pois a empresa não tem passivo não circulante. Tal fato pode ser considerado um ponto negativo, pois como toda sua dívida é de curto prazo, a empresa está mais sujeita a alguns riscos, principalmente se for surpreendida por uma crise ou acontecimento inesperado. Os resultados observados se assemelham aos de Santos, Ferreira e Faria (2009) que notaram a predominância de endividamento de curto prazo em micro e pequenas empresas.

A imobilização do patrimônio líquido e de recursos não corrente tem os mesmos valores, pois conforme já mencionado a empresa não possui passivo não circulante e também não possui ativo realizável a longo prazo. Ou seja, referente a estes indicadores, a empresa financia todo o ativo não circulante e imobilizado com recursos próprios, visto que, o ativo circulante possui

maior representatividade na conta disponível, pois ela necessita de caixa diariamente para manter as atividades diárias.

4.3 Administração de Capital de Giro

Em concordância com o referencial teórico, no indicador de administração de capital de giro, utilizou-se para análise o capital circulante líquido, necessidade de capital de giro e saldo em tesouraria no período de 2015 a 2017 conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3- Indicadores de Administração de Capital de Giro

	2015	2016	2017
Capital Circulante Líquido	- R\$9.005,13	- R\$ 320.645,62	R\$ 64.234,71
Necessidade de Capital de Giro	- R\$ 463.526,31	- R\$ 974.451,31	- R\$ 425.813,98
Saldo em Tesouraria	R\$ 405.288,93	R\$ 90.302,68	R\$ 52.625,76

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os cálculos realizados, o CCL, em 2015 e 2016 apresentou-se negativo, indicando que o ativo circulante não é capaz de honrar com as obrigações de curto prazo e isso ocorre, pois o passivo circulante é maior que o ativo circulante. Contudo, em 2017 o cenário muda devido à diminuição das obrigações de curto prazo, assim sendo, torna-se positiva e demonstra uma melhora na situação financeira.

A necessidade de capital de giro, quando negativa, significa que a empresa possui fonte de financiamento operacional que cobrem os ativos operacionais, e nos anos estudados ela sempre está negativa. Já o saldo em tesouraria reflete se o ativo financeiro de curto prazo consegue liquidar os passivos financeiros de curto prazo, ou seja, a empresa mostra sobra de liquidez.

Ao analisar os anos de forma separada, pode-se notar que em 2015 e 2016 o CCL e NCG estão negativos e o saldo em tesouraria está positivo, desta forma a empresa possui alto risco, especialmente pelo uso das fontes de curto prazo em ativos não circulantes. Enquanto que em 2017 o cenário muda, já que o CCL e ST estão positivos e NCG negativo. Desta forma, conclui-se que a empresa está em um momento favorável, pois os ativos circulantes são maiores que os passivos circulantes e demonstra que ela possui fontes de financiamento operacionais que cobrem os ativos operacionais.

Apesar da empresa investigada apresentar valores favoráveis no que se refere ao capital de giro, deve-se considerar a limitação do período analisado. Para tanto ressalta-se os achados de Santini et al (2015) que identificaram a falta de gestão do capital de giro como um dos principais fatores determinantes para o encerramento de micro e pequenas empresas.

4.4 Indicadores de Rentabilidade

Na análise do indicador de rentabilidade foram classificados os indicadores de retorno sobre o investimento, giro do ativo, margem operacional, retorno sobre o patrimônio líquido e alavancagem financeira. Os resultados são expostos na Tabela 4.

Tabela 4- Indicadores de Rentabilidade

	2015	2016	2017
Retorno Sobre o Investimento	51,4%	56,4%	45,4%
Giro do Ativo	1,48	1,39	1,14
Margem Operacional	34,6%	40,2%	39,6%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	61,3%	58,1%	44,3%
Grau de alavancagem Financeira	1,19	1,03	0,97

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apresentado no quadro acima, o retorno sobre o investimento teve um aumento em 2016 comparado ao ano anterior e em 2017 obteve uma queda, tal que foi maior que o índice de 2015. Nesse sentido, o ano que a empresa obteve melhor resultado em relação aos investimentos realizado foi em 2016.

Ao comparar a receita líquida com o investimento, o índice giro do ativo representa o quanto a empresa conseguiu de receita para cada real investido e apesar dos indicadores estarem em queda nos anos de análise, os ativos da empresa giram um pouco mais que uma vez por ano.

Pelo cálculo da margem operacional, pode-se concluir que a variação é recorrente do quanto a empresa produz, ou seja, a receita em 2016 foi a maior entre os anos analisados, assim como o lucro líquido e o lucro operacional ajustado. Enquanto que em 2015 esses valores foram menores justificando as variações entre os períodos.

O retorno sobre o patrimônio líquido representa o valor do capital próprio que é revertido em favor dos sócios. Conforme visto na Tabela 4, em 2017 o índice é de 44,3% enquanto que em 2015 era de 61,3%, representando uma queda de aproximadamente 28%. O que pode ser considerado desfavorável para os sócios.

Por fim, tem-se o grau de alavancagem financeira, o qual apresentou queda no período analisado, indicando ser desfavorável para empresa a busca de recursos de terceiros para potencializar o negócio. Tal queda pode ser explicada pelo fato do retorno sobre investimento e retorno sobre patrimônio líquido terem também diminuído ao longo dos anos analisados.

No que se refere aos indicadores de rentabilidade deve-se considerar a relevância desses para entendimento da realização dos investimentos e dos ganhos obtidos dentro de uma empresa. Cabe destacar que muitas empresas de pequeno porte desconhecem sua rentabilidade, margem de lucro e liquidez, o que pode direcionar os gestores para decisões inadequadas (OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo evidenciar a importância do uso da informação contábil, por meio dos indicadores econômico-financeiros a partir da investigação de uma pequena empresa de transporte, considerando o período de 2015 a 2017. Para isso, foram analisados os indicadores de liquidez, de estrutura patrimonial, administração de capital de giro e de rentabilidade.

Ressalta-se que os indicadores de liquidez corrente, seca e geral são iguais, pois a empresa não trabalha com despesa antecipada, estoque de mercadoria, ativo realizável a longo prazo e passivo não circulante.

Além dos indicadores financeiros, o estudo considerou os indicadores de estrutura patrimonial os quais demonstram que se a empresa for surpreendida por alguma crise ela não conseguirá quitar as obrigações de curto prazo. Assim, terá que tomar uma ação desfavorável no ponto de vista econômico para exercer tais obrigações, ainda que o índice de endividamento em 2017 seja baixo em relação aos recursos próprios.

Quanto à administração de capital de giro, o CCL foi o indicador que apresentou maior mudança, visto que nos anos de 2015 e 2016 a empresa estava em cenário de alto risco, pelo fato da necessidade de capital de giro e capital circulante líquido ser negativo, todavia, em 2017 a conjuntura mudou evidenciando uma situação favorável para empresa.

Por fim, foram analisados os indicadores econômicos, e o índice de maior representatividade foi o retorno sobre o patrimônio líquido, seguido do retorno sobre o

investimento. Esses indicadores estão em queda, mas ainda sim representam resultados satisfatórios, contudo considerando também o GAF nota-se que a empresa apresentava situação mais favorável em 2015 do que nos anos seguintes.

Diante dos resultados, retoma-se à importância da informação contábil na tomada de decisão, pois o uso desta poderá garantir uma melhora na gestão da empresa, principalmente após a análise dos indicadores econômico-financeiros. Além disso, conforme apontado no referencial desse estudo é percebido as dificuldades das micro e pequenas empresas que podem ocasionar seu encerramento e que não seja o caso da empresa analisada, entende-se que a mesma deve utilizar a informação contábil para a tomada de decisão a fim de obter melhores resultados.

Os achados do presente estudo corroboram estudos anteriores (OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007; SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009) que apontaram falta de conhecimento e pouca utilização da informação contábil no processo decisório das empresas. No caso analisado a informação contábil tem sido utilizada com foco no atendimento de questões legais, de forma similar ao apontado no estudo de Faria, Azevedo e Oliveira (2012).

Em relação as limitações do estudo, destaca-se que a não utilização de métodos para averiguar relações entre os indicadores e o fato de a empresa em questão não apresentar algumas contas, o que impactou no resultado de alguns indicadores. Quanto a estudos futuros, sugere-se que seja feita a análise em outras empresas de pequeno porte e do mesmo setor para averiguar semelhanças e diferenças que possam estar relacionadas ao setor, e sugere-se também uso de análises estatísticas para avaliar diferenças entre o comportamento dos indicadores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2010.

AZEVEDO, J. G.; LEONE, R. J. G. Práticas de gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo descritivo em indústrias de castanha de caju do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, v. 17, n. 1, 2014.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Dispões sobre Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Diário Oficial da União: seção 2 Brasília, DF.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 01 de nov. de 2016

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KOS, S. et al. Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 3, 2014.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanço**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLEIRO, W. N.; DAMEDA, A. N.; VICTOR, F. G. O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 11, n. 1, p. 37-47, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, J. P. L.; MELO, M. A.; LEONE, R. J. G. Gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo no setor supermercadista de Mossoró-RN. **Connexio**, v. 5, n. 1, p. 125-140, 2015.

SANTOS, L. M.; SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. Risco de sobrevivência de micro e pequenas empresas comerciais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, p. 107-124, 2011.

SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. Gestão financeira de curto prazo: características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. **Revista de Administração**, v. 7, n. 3, p. 70-92, 2009.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. 2007. Disponível em:<
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)>. Acesso em 09 out. 2018.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014. Disponível em:
<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em 05 out. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.